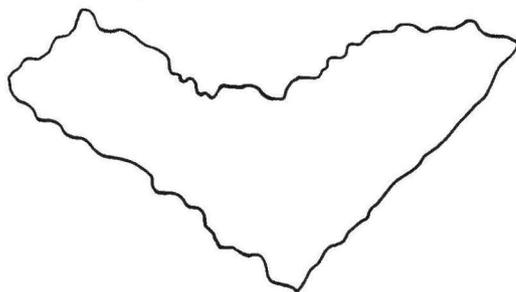


CENSO 1991 DEMOGRÁFICO

Situação Demográfica,
Social e Econômica:
Primeiras Considerações



ESTADO DE ALAGOAS

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro
20021-120 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ISBN 85-240-0531-9

© IBGE

Impressão - Divisão de Gráfica/Departamento de Editoração e
Gráfica - DEDIT/CDDI, em 1995

Capa - Aldo Victório Filho - Divisão de Promoção/Departamento de Promoção e
Comercialização - DECOP/CDDI

**Situação demográfica, social e econômica : primeiras considerações: Estado de Alagoas /
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de População. -
Rio de Janeiro : IBGE, 1995.**

25p.

Acima do título: Censo demográfico de 1991

ISBN 85-240-0531-9

**1. Alagoas - População. 2. Alagoas - Condições sociais - Estatística. 3. Alagoas -
Condições econômicas - Estatística. 4. Alagoas - Censo demográfico, 1991. I. IBGE.
Departamento de População. II. Censo demográfico de 1991: situação demográfica, social e
econômica: primeiras considerações: Estado de Alagoas.**

**IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca
RJ/IBGE-94/28**

**CDU 311.213.1(813.5)
EST**

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
José Serra

**FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Simon Schwartzman

Diretor de Planejamento e Coordenação
Heraldo Luiz Marin

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Tereza Cristina Nascimento Araújo

Diretoria de Geociências
Ney Alves Ferreira (em exercício)

Diretoria de Informática
Alésio João De Caroli

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Angelo José Pavan

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

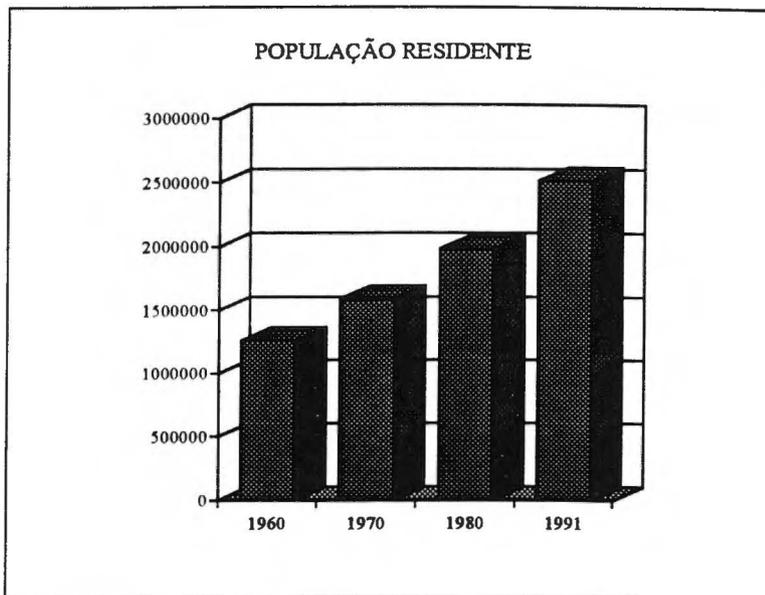
Departamento de População
Luiz Antonio Pinto de Oliveira

Ex2

CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA, SOCIAL E ECONÔMICA: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

ESTADO DE ALAGOAS



**IBGE - Diretoria de Pesquisas
Departamento de População**

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Luiz Antônio Pinto de Oliveira - Chefe do DEPOP
Márcia Martins Salgado Mendes - DEPOP/DIEAN
Alicia Marta Bercovich

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Nilza de Oliveira Martins Pereira - DEPOP/DIEAN/APD
Célia Diogo Alves da Costa
Inês de Oliveira Augusto
Jorge da Silva
José Roberto de Almeida Velasco
Kelly Cristina Souza Fernandes
Maria Beatriz Afonso Lopes
Mônica Alves da Fonte
Rosângela Aparecida Martins Noé
Wanderci Lopes da Silva

APOIO COMPUTACIONAL

Paulo Roberto V. Rudolphi - DEPOP/DESEN
José Augusto Raupp
Mario Couto Carreiro
Renato José Sarmiento Gadelha

APOIO CARTOGRÁFICO

Paulo Cesar Martins - DGC/DETRE/GPRG
Jorge Luiz Pessanha - DGC/DETRE/GPRG

**Este trabalho foi desenvolvido pela Gerência de Análise e Preparo
de Dados Demográficos**

APRESENTAÇÃO

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística oferece ao público usuário um conjunto de dados e indicadores que sintetizam as informações fornecidas pela população na pesquisa do universo do Censo Demográfico de 1991 - CD 1.01.

Neste documento procurou-se fazer uma retrospectiva dos indicadores demográficos e sócio-econômicos, tendo como base os quatro últimos censos realizados no estado. Além disso, enfocou-se a tendência observada na última década, visando revelar o cenário demográfico e suas alterações.

Tereza Cristina Nascimento Araújo
Diretora de Pesquisas do IBGE

SUMÁRIO

1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	9
2 - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS NO CONTEXTO DO PAÍS	10
3 - CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	10
4 - URBANIZAÇÃO	10
5 - OS MUNICÍPIOS	11
6 - ESTRUTURA POR SEXO E IDADE	13
6.1 - RAZÕES DE SEXO.....	13
6.2 - PIRÂMIDES ETÁRIAS	13
6.3 - GRANDES GRUPOS POPULACIONAIS	13
6.4 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA.....	14
6.5 - QUALIDADE DA DECLARAÇÃO DA IDADE	15
6.6 - IDADE MEDIANA.....	16
7 - ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	16
8 - ALFABETIZAÇÃO.....	17
8.1 - TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO/ ANALFABETISMO	17
8.2 - CONTINGENTE DE ANALFABETOS	19
9 - ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOMICILIAR.....	20
10 - CHEFES DE DOMICÍLIOS	21
10.1 - ESTRUTURA POR SEXO E IDADE	21
10.2 - RENDIMENTO MÉDIO	23
ANEXO	25

1- Evolução da população total no Estado de Alagoas

A população do Estado de Alagoas atingiu, em 1º de setembro, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1991, um total de 2 514 100 habitantes. A série dos Censos realizados, nos últimos 31 anos, revela que, nesse período, a população do estado duplicou seu contingente.

A taxa média geométrica de crescimento anual baixou de 2,36% no período 1960-1970 para 2,24% na década seguinte. O último Censo apontou a taxa de 2,18%, a mais baixa observada nessas três últimas décadas. A queda na taxa de crescimento no estado atingiu, no período 1980-1991, -2,68%, enquanto a do Brasil foi -22,18%. O ritmo de crescimento populacional em Alagoas vem desacelerando, fato que também ocorre em outros estados, o que reflete a intensificação do declínio da fecundidade, ocorrido de forma generalizada no Brasil, principalmente a partir da década de 80. O ritmo de crescimento da população, na área urbana, no período 80-91, foi 3,87% e na área rural foi significativamente menor, correspondendo a 0,23% (Tabela 1).

A taxa de crescimento do estado, nos últimos 11 anos, ficou acima da taxa da Região Nordeste que foi 1,83% e a do País, 1,93%.

TABELA 1
POPULAÇÃO NAS DATAS DOS RECENSEAMENTOS GERAIS
E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL : 1960-1991

DATAS DOS RECENSEAMENTOS GERAIS	POPULAÇÃO RESIDENTE	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	VARIACÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO (%)
TOTAL			
01/09/1960	1 258 107	2,36	
01/09/1970	1 588 109	2,24	-5,08
01/09/1980	1 982 591	2,18	-2,68
01/09/1991	2 514 100		
URBANA			
01/09/1960	420 436	4,16	
01/09/1970	631 739	4,45	6,97
01/09/1980	976 536	3,87	-13,03
01/09/1991	1 482 033		
RURAL			
01/09/1960	837 671	1,33	
01/09/1970	956 370	0,51	-61,65
01/09/1980	1 006 055	0,23	-54,90
01/09/1991	1 032 067		

Fonte - IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

2 - Participação do Estado de Alagoas no contexto do País

Em 1980, o Estado de Alagoas ocupava a décima sexta posição no ranking nacional, concentrando 1,67% da população total do País. Em 1991, essa posição manteve-se inalterada e concentrou 1,71% da população nacional. Dentro do ranking regional, o estado ocupou a sétima posição, tanto em 1980 quanto em 1991. A participação populacional que correspondia a 5,70%, em 1980, aumentou para 5,92%, em 1991.

3 - Crescimento demográfico

As informações provenientes do Censo Demográfico de 1991 mostraram um crescimento absoluto de 531 509 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 26,81% em relação à população de 1980 (Tabela 2).

TABELA 2
CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO RESIDENTE,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO
1970-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE			
	ABSOLUTO		RELATIVO (%)	
	1970-1980	1980-1991	1970-1980	1980-1991
TOTAL.....	394 482	531 509	24,84	26,81
HOMENS.....	194 129	257 451	24,99	26,51
MULHERES.....	200 353	274 058	24,70	27,09
URBANA.....	344 797	505 497	54,58	51,76
HOMENS.....	166 888	242 524	56,20	52,29
MULHERES.....	177 909	262 973	53,14	51,29
RURAL.....	49 685	26 012	5,20	2,59
HOMENS.....	27 241	14 927	5,68	2,94
MULHERES.....	22 444	11 085	4,71	2,22

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

4 - Urbanização

Confirmando uma tendência iniciada na década de 80, quando o efetivo urbano ultrapassou o rural, o Censo Demográfico de 1991 revelou a continuidade do processo de urbanização que vem ocorrendo no Estado de Alagoas.

O acréscimo de 500 mil habitantes urbanos, ou seja, 51,76% em relação a população urbana de 1980, resultou no aumento da taxa de urbanização, que passou de 49,26%, em 1980, para 58,95%, em 1991 (Tabela 3). Esse incremento foi basicamente em consequência de três fatores: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e, da incorporação de áreas que, por ocasião do Censo de 1980, eram consideradas rurais.

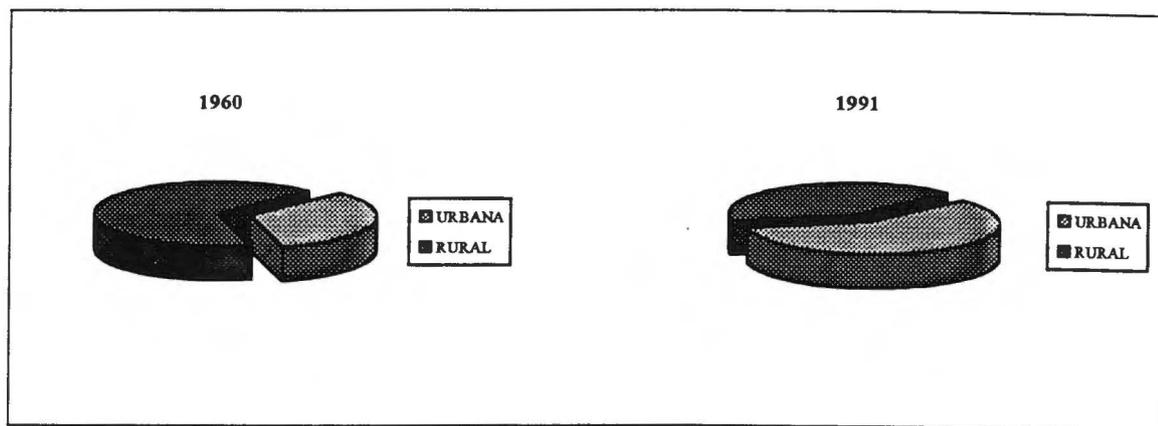
A taxa de urbanização do estado era 22,01% menor do que a taxa do País (75,59%) e 2,80% inferior à taxa da Região Nordeste (60,65%).

TABELA 3
TAXA DE URBANIZAÇÃO
1960-1991

ANOS CENSITÁRIOS	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
1960.....	33,42
1970.....	39,78
1980.....	49,26
1991.....	58,95

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

GRÁFICO 1
POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO



5 - Os municípios

A população do interior¹ de Alagoas apresentou um crescimento inferior ao da capital. O ritmo de crescimento do interior foi 1,60%, enquanto o da capital foi 4,22%. Maceió apresentou um crescimento absoluto de 229 743 habitantes, correspondendo a 57,54%. Já o interior apresentou um crescimento absoluto de 301 766 habitantes, representando um crescimento relativo de 19,06% (Tabela 4). A densidade demográfica cresceu 19,05% no interior do estado, passando de 55,38 hab/km², em 1980, para 65,93 hab/km², em 1991, enquanto na capital passou de 772,19 hab/km², em 1980, para 1 216,48 hab/km², em 1991. O município que apresentou a maior densidade demográfica foi Maceió, com mais de 1200 hab/km² (Mapa 1, em anexo).

¹ Considera-se "interior" o espaço territorial do estado, exceto o da Capital Estadual.

TABELA 4
POPULAÇÃO RESIDENTE, CRESCIMENTO RELATIVO, PARTICIPAÇÃO
RELATIVA E TAXA DE CRESCIMENTO
1980-1991

ESTADO, CAPITAL E INTERIOR	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO RELATIVO 1980-1991	PARTICIPAÇÃO RELATIVA		TAXA DE CRESCIMENTO ² 1980-1991
	1980	1991		1980	1991	
ESTADO.....	1 982 591	2 514 100	26,81	100,00	100,00	2,18
Capital.....	399 298	629 041	57,54	20,14	25,02	4,22
Interior.....	1 583 293	1 885 059	19,06	79,86	74,98	1,60

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

O grupo dos 10 municípios mais populosos de Alagoas, em 1991, reunia 1,2 milhões de pessoas que correspondiam a 48,31% da população estadual. A capital, Maceió, concentrava 25,02% do efetivo populacional do estado, ou seja, 629 041 pessoas cabendo aos demais municípios cuja população está compreendida entre 35 mil e 165 mil habitantes, o equivalente a 23,29% (Mapa 2, em anexo).

No conjunto dos municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento, nos últimos 11 anos, percebe-se que o maior percentual foi encontrado no Município de Piranhas com 8,41% e o menor foi no Município de Craibas, com 3,90% (Tabela 4.1).

TABELA 4.1
MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS E MUNICÍPIOS COM
MAIORES TAXAS DE CRESCIMENTO
1991

MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS	POPULAÇÃO RESIDENTE	MUNICÍPIOS COM MAIORES TAXAS	TAXA DE CRESCIMENTO ² 1980-1991
Maceió	629 041	Piranhas	8,41
Arapiraca	164 921	Barra de São Miguel	7,10
Palmeira dos Índios	77 204	Campo Alegre	7,07
União dos Palmares	57 425	Santa Luzia do Norte	5,28
Rio Largo	53 924	Japaratinga	4,83
Penedo	52 245	Teotônio Vilela	4,42
São Miguel dos Campos	50 689	Maceió	4,22
Coruripe	49 240	Olho D'Água do Casado	4,19
Delmiro Gouveia	41 214	Delmiro Gouveia	4,00
Atalaia	38 563	Craibas	3,90

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

A menor taxa de crescimento do estado, no período 80-91, (-2,93%) foi encontrada no Município de Pindoba.

O Estado de Alagoas foi contemplado com 3 novos municípios, nesses últimos 11 anos, contabilizando um total de 97 municípios, em 1991.

² Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%).

6 - Estrutura por sexo e idade

6.1 - Razões de sexo

No Estado de Alagoas, o Censo de 1991 indicou um excedente de 57 094 mulheres, em relação aos homens, o que resultou em uma razão de sexo de 95,56%. Esse foi um comportamento típico nas áreas urbanas de toda a Região Nordeste. Em Alagoas, a razão de sexo da população urbana em 1991 foi 91,06%. Na área rural houve uma predominância de homens, 102,40%, fato comumente explicado pela natureza das atividades agrícolas e pela seletividade migratória (Tabela 5).

A razão de sexo calculada para a Região Nordeste foi 95,71% e a do País foi 97,52%, em 1991.

TABELA 5
RAZÕES DE SEXO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
1960-1991

ANOS CENSITÁRIOS	RAZÕES DE SEXO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1960.....	94,61	86,16	99,15
1970.....	95,78	88,69	100,75
1980.....	96,00	90,47	101,68
1991.....	95,56	91,06	102,40

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

6.2 - Pirâmides etárias

A pronunciada entrada na base da pirâmide etária de 1991, reflete a queda da fecundidade ocorrida na década. Entretanto, a composição etária revelada para o Estado de Alagoas, apresentou características de uma população ainda jovem, porém com tendências ao envelhecimento, como pode ser observado pelo deslocamento populacional das coortes intermediárias (Gráficos, em anexo).

6.3 - Grandes grupos populacionais

Observando a estrutura etária dos quatro últimos Censos Demográficos constatou-se alterações, resultantes do declínio da fecundidade que vem ocorrendo no estado, tanto na área urbana quanto na área rural.

As alterações observadas na estrutura etária foram importantes e, ocorreram, em grande parte, na última década. Nos últimos 31 anos houve, na população total, uma redução de -9,75% nas proporções de menores de 14 anos; aumento de 5,65% no grupo em idade ativa e de 46,03% no grupo de pessoas de 65 anos e mais. A proporção de idosos, no Censo de 1991 foi superior a 4,0% da população total (Tabela 6).

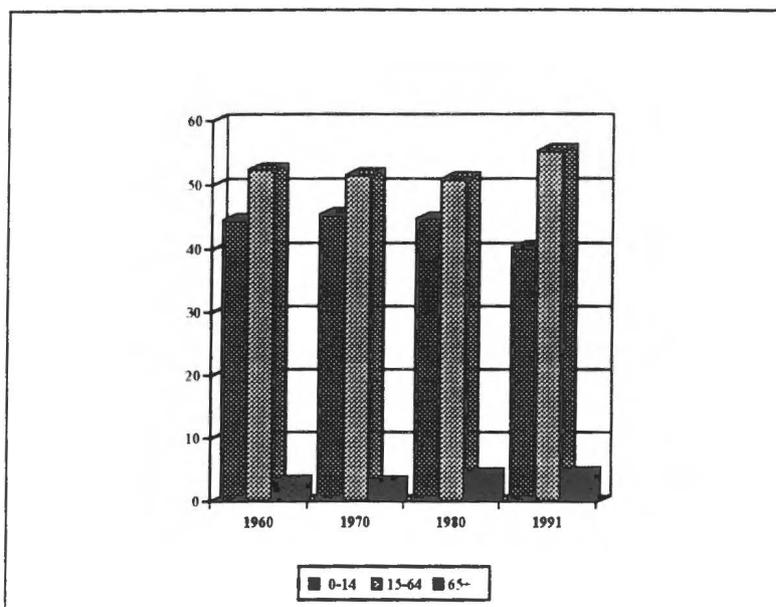
A pirâmide apresentada para o ano de 1980 caracterizava uma população jovem, com idade mediana de 16,2 anos e elevada razão de dependência (96,23%), fruto de um alto contingente (44,79%) de jovens de 0 a 14 anos e, uma proporção de pessoas nos grupos de idades mais avançadas, de 65 anos e mais, ainda pouco expressiva (4,25%). As características apresentadas pelo Censo de 1991 mostraram aumento de 1,9 anos para a idade mediana, redução na participação de jovens para 40,26%, e uma razão de dependência declinante (80,75%).

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS GRANDES GRUPOS POPULACIONAIS (%)
1960-1991

GRANDES GRUPOS POPULACIONAIS	DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA			
	1960	1970	1980	1991
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
0 A 14 ANOS	44,61	45,49	44,79	40,26
15 A 64 ANOS	52,37	51,57	50,96	55,33
65 ANOS E MAIS	3,02	2,94	4,25	4,41

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

GRÁFICO 2
GRANDES GRUPOS POPULACIONAIS
1960-1991



6.4 - Razão de dependência

Em 1991, para cada 100 pessoas em idade potencialmente produtiva (15 a 64 anos), existiam 80 dependentes jovens e idosos (0 a 14 e 65 anos e mais). Quanto a evolução das razões de dependência, nos últimos 31 anos, observou-se um declínio de -11,23% no total, -13,48% na área urbana e um leve aumento de 0,18% na área rural.

O Censo de 1991 mostrou uma redução de -16,09% na razão de dependência do total da população, em relação a 1980. A diminuição da razão de dependência da área urbana foi -16,13%, enquanto que na área rural foi -11,51% (Tabela 7).

A razão de dependência encontrada, em 1991, para o estado foi maior que a da Região Nordeste (80,06%) e a do País (65,43%).

TABELA 7
RAZÃO DE DEPENDÊNCIA, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
1960-1991

ANOS CENSITÁRIOS	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1960.....	90,97	82,95	95,26
1970.....	93,92	86,08	99,48
1980.....	96,23	85,57	107,84
1991.....	80,75	71,77	95,43

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

A influência da parcela de jovens (0 a 14 anos) foi muito grande no cálculo convencional da razão de dependência e a contribuição dos idosos (acima de 65 anos) foi ainda pequena. O declínio da natalidade foi a principal causa das alterações na razão de dependência.

6.5 - Qualidade da declaração da idade

Para avaliar a qualidade das informações sobre a idade, no Censo de 1991, calculou-se o Índice de Myers³ e a proporção da forma de declaração da idade, levando-se em consideração as duas formas de obtenção do quesito: através da Data de Nascimento e da Idade Presumida (aqueles que não sabiam informar a data de nascimento). A variável idade está sujeita a vários tipos de erros que dependem de como o quesito foi investigado e da informação prestada pelo declarante. Quanto a proporção da forma de declaração da idade, observou-se um crescimento, em 1991, do número de pessoas que declararam a idade de forma presumida (Tabela 8).

TABELA 8
PROPORÇÃO DA FORMA DE DECLARAÇÃO DA IDADE,
SEGUNDO O SEXO
1980-1991

SEXO	FORMA DE DECLARAÇÃO DA IDADE			
	DATA DE NASCIMENTO		IDADE PRESUMIDA	
	1980	1991	1980	1991
TOTAL.....	86,52	79,98	13,48	20,02
HOMENS.....	86,37	79,09	13,63	20,91
MULHERES.....	86,67	80,83	13,33	19,17

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
Censos Demográficos.

³ O Índice de Myers mede o grau de atração em determinada idade e como era de se esperar é muito maior quando se trata da idade presumida. O dígito mais atrativo, em 1980, foi o 0 e o repulsivo foi o 1. Em 1991, os atrativos foram os dígitos 0 e 5 e o repulsivo foi o 9. Comportamento semelhante foi observado tanto para os homens quanto para as mulheres.

6.6 - Idade mediana

Em 1991, a idade que dividiu o contingente populacional em duas partes iguais foi 18,1 anos para o total, 17,6 anos para os homens e 18,6 anos para as mulheres. No período 1980-1991, a idade mediana teve um aumento de 1,9 anos para o total, 1,8 anos para os homens e 2,1 anos para as mulheres (Tabela 9). Esse aumento reflete o envelhecimento médio da população, resultado em primeiro lugar, do declínio da fecundidade e secundariamente, do aumento da expectativa de vida.

A idade mediana da Região Nordeste correspondia a 18,7 anos e a do País a 21,7 anos, em 1991.

TABELA 9
IDADE MEDIANA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SEXO
1980-1991

ANOS CENSITARIOS	IDADE MEDIANA		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1980.....	16,2	15,8	16,5
1991.....	18,1	17,6	18,6

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
Censos Demográficos.

7 - Envelhecimento da população

O registro histórico do crescimento da população alagoana de 60 anos e mais, nos últimos 31 anos, revela que a população de idosos aumentou 2,4 vezes seu contingente, expandindo-se de 66 813 para 161 263 pessoas, com um crescimento relativo de 141,36%. O crescimento da população de 65 anos e mais, no período de 1960 a 1991, foi 191,95%.

Em 1960, existiam 6 idosos para cada 100 crianças. Em 1991, para cada 10 pessoas com idades de 65 anos e mais, existiam 100 pessoas menores de 15 anos de idade, o que demonstra um expressivo aumento no valor desse indicador de envelhecimento, o qual elevou-se 61,65% no período 1960-1991 (Tabela 10).

TABELA 10
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL,
POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
1960-1991

ANOS CENSITARIOS	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1960.....	6,77	8,49	6,00
1970.....	6,46	7,93	5,59
1980.....	9,49	10,97	8,26
1991.....	10,95	12,40	9,24

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
Censos Demográficos.

8.1 - Taxas de alfabetização / analfabetismo

O estudo da alfabetização privilegia aqui o enfoque do analfabetismo, utilizando-se dois cortes: a população de 10 anos e mais e a de 15 anos e mais.

- Para as pessoas de 10 anos e mais

As taxas de analfabetismo no Estado de Alagoas, vêm decrescendo nas últimas décadas, embora a proporção de analfabetos ainda seja considerada elevada. No estado como um todo, verificou-se grandes reduções nos níveis de analfabetismo das pessoas de 10 anos e mais, passando de 54,20%, em 1980, para 45,61% no último Censo. Nas taxas de analfabetismo, por situação do domicílio, constatou-se que, embora as reduções tenham sido significativas, as diferenças entre o urbano e o rural foram bem distintas em função da magnitude das taxas.

Houve declínio do analfabetismo na ordem de -15,85% para o total do estado na última década e de -10,71% na área urbana, sendo que este último foi superior ao da área rural, -10,10%.

Uma visão mais detalhada do analfabetismo, segundo a situação do domicílio, nos permite apontar o meio rural com as taxas mais elevadas (64,63%), muito embora decrescente no período 1980-1991 (Tabela 11).

A Região Nordeste experimentou taxa de 37,53% e o País taxa de 19,72%, em 1991. A taxa do estado ficou acima da média regional e bem acima da média nacional.

TABELA 11
TAXAS DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TAXAS DE ANALFABETISMO	
	1980	1991
TOTAL.....	54,20	45,61
URBANA.....	37,44	33,43
RURAL.....	71,89	64,63

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Censos Demográficos.

As taxas de analfabetismo, segundo grupos de idade vêm decrescendo no período 1980-1991, tendo a faixa de 30 a 39 anos apresentado declínio mais significativo de -22,26%.

A diferença no valor das taxas entre os diversos grupos etários revela que as gerações mais velhas apresentam as maiores taxas de analfabetismo. As razões para esse comportamento estão normalmente associadas às maiores oportunidades de alfabetização/escolarização que as gerações mais novas dispõem em comparação às oferecidas há algumas décadas atrás.

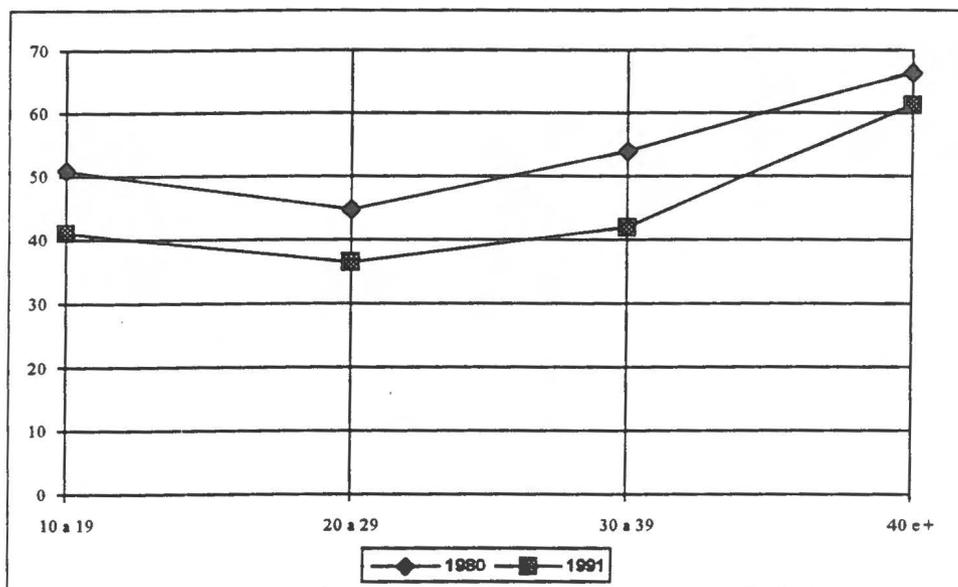
A proporção de homens analfabetos foi maior que a de mulheres, sendo que para ambos os sexos, houve decréscimo das taxas, no período 80-91. O decréscimo mais significativo ocorreu com as mulheres (-19,46%), cabendo aos homens a proporção de -12,07% (Tabela 12).

TABELA 12
TAXAS DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS,
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE (%)
1980-1991

GRUPOS DE IDADE	TAXAS DE ANALFABETISMO	
	1980	1991
TOTAL.....	54,20	45,61
10 A 19 ANOS.....	50,93	41,09
20 A 29 ANOS.....	44,76	36,46
30 A 39 ANOS.....	54,00	41,98
40 ANOS E MAIS.....	66,45	61,32
HOMENS.....	54,69	48,09
10 A 19 ANOS.....	55,02	47,45
20 A 29 ANOS.....	44,86	39,48
30 A 39 ANOS.....	52,15	42,28
40 ANOS E MAIS.....	63,61	59,82
MULHERES.....	53,74	43,28
10 A 19 ANOS.....	46,96	34,88
20 A 29 ANOS.....	44,66	33,66
30 A 39 ANOS.....	55,73	41,71
40 ANOS E MAIS.....	69,10	62,69

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

GRÁFICO 3
CURVA DE ANALFABETISMO



O município que apresentou a mais alta taxa de analfabetismo para as pessoas de 10 anos e mais foi Branquinha com 75,08% e o de menor taxa foi Maceió com 22,40%.

- Para as pessoas de 15 anos e mais

Para as pessoas de 15 anos e mais, a taxa de analfabetismo, em Alagoas, também sofreu decréscimo nos últimos 11 anos, tendo passado de 53,50%, em 1980, para 45,32%, em 1991. Esse padrão de comportamento foi observado tanto na área urbana quanto na rural, sendo que na área urbana o decréscimo foi na ordem de -10,27% e na área rural a diminuição foi -9,24% (Tabela 13).

Para a Região Nordeste a taxa era 37,65%, enquanto que para o País correspondia a 20,07%, em 1991.

TABELA 13
TAXAS DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TAXAS DE ANALFABETISMO	
	1980	1991
TOTAL.....	53,50	45,32
URBANA.....	37,40	33,56
RURAL.....	71,07	64,50

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
Censos Demográficos.

O município que apresentou a mais alta taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos e mais foi Branquinha com 75,17% e o de menor taxa foi Maceió com 22,17%.

8.2 - Contingente de analfabetos

- Para as pessoas de 10 anos e mais

O contingente de analfabetos no Estado de Alagoas aumentou, no período 1980-1991, o que resultou em uma taxa de crescimento de 1,15%.

Essa taxa foi consideravelmente inferior à taxa de crescimento demográfico, mas, assim mesmo, ocorreu um aumento no número absoluto de analfabetos. No caso de Alagoas, foram quase 99 mil analfabetos a mais que em 1980.

Em relação à população urbana e rural, o maior crescimento absoluto do número de analfabetos na área urbana estava fundamentalmente ligado à migração rural-urbana, que contribuiu com um expressivo contingente de população não alfabetizada. Na área rural, houve redução no contingente de analfabetos (Tabela 14).

TABELA 14
POPULAÇÃO ANALFABETA DE 10 ANOS E MAIS E TAXA DE CRESCIMENTO,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POPULAÇÃO ANALFABETA		TAXA DE CRESCIMENTO
	1980	1991	1980-1991
TOTAL.....	737 073	836 140	1,15
URBANA.....	261 428	373 675	3,30
RURAL.....	475 645	462 465	-0,26

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

- Para as pessoas de 15 anos e mais

A população analfabeta de 15 anos e mais cresceu, no período 1980-1991, a uma taxa de 1,40%. A área urbana apresentou aumento desse conjunto de pessoas a uma taxa de 3,54%, que correspondia a 46,60% no período. Já na área rural a situação foi inversa, tendo experimentado decréscimo dessa população a uma taxa de -0,07% (Tabela 15).

TABELA 15
POPULAÇÃO ANALFABETA DE 15 ANOS E MAIS E TAXA DE CRESCIMENTO,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POPULAÇÃO ANALFABETA		TAXA DE CRESCIMENTO
	1980	1991	1980-1991
TOTAL.....	584 278	680 567	1,40
URBANA.....	213 120	312 438	3,54
RURAL.....	371 158	368 129	-0,07

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

9 - Estrutura e composição domiciliar

Uma das principais modificações ocorridas na estrutura domiciliar, foi o crescimento generalizado das unidades domésticas do tipo unipessoal, tendo essa característica o crescimento de 10,79%.

O Censo Demográfico de 1991 registrou, em Alagoas, declínio no tipo de unidade doméstica nuclear (-0,43%).

Em termos gerais, observou-se crescimento no tipo estendido, correspondendo a 2,02%. Esse caso atípico, foi registrado como o segundo maior crescimento no País.

Em relação ao tipo de unidade doméstica composta, na organização domiciliar, que caracteriza-se por uma menor participação nos arranjos domiciliares, assinalou-se um declínio significativo (-25,25%) (Tabela 16).

TABELA 16
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS, SEGUNDO TIPOS
DE UNIDADES DOMÉSTICAS⁴
1980-1991

TIPOS DE UNIDADES DOMÉSTICAS	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS	
	1980	1991
UNIPESSOAL.....	5,84	6,47
NUCLEAR.....	69,89	69,59
ESTENDIDA.....	21,29	21,72
COMPOSTA.....	2,97	2,22

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

Na comparação entre os dois últimos recenseamentos, observou-se na composição domiciliar que o grupo representado pelos filhos(as) e enteados(as) morando no domicílio correspondia a 56,50% em 1980 e 52,63% em 1991, tendo declinado em -6,85%.

Em relação ao grupo de outros parentes do chefe do domicílio, houve um crescimento, em torno de 29,55%, tendo passado de 6,43%, em 1980, para 8,33%, em 1991, revelando uma maior aglutinação de familiares morando no domicílio.

Quanto aos empregados(as) domésticos(as), o contingente cresceu em 1,56%, o que correspondia a 0,64% em 1980 e 0,65% em 1991.

10 - Chefes de domicílios

10.1 - Estrutura por sexo e idade

O Censo Demográfico do Estado de Alagoas de 1991, revelou que houve aumento na proporção de mulheres chefes de domicílios, tendo passado de 16,52%, em 1980, para 18,84%, em 1991, com crescimento relativo de 14,04%. Esse comportamento foi observado tanto na área urbana quanto na rural, sendo mais expressivo o crescimento relativo na área rural, com 12,04% (Tabela 17). O crescimento da chefia feminina foi significativo em todos estados brasileiros.

Na Região Nordeste as mulheres chefes correspondiam a 19,46% e no País como um todo representavam 18,12%.

⁴ A conceituação adotada quanto à classificação dos tipos de unidades domésticas, em relação aos chefes de domicílios é análoga à utilizada na convencional classificação da espécie de família, a qual se segue:

Unipessoal - Família constituída por uma só pessoa.

Nuclear - Família constituída por um casal com ou sem filhos ou uma pessoa com filhos.

Estendida - Família constituída por pessoas ligadas por laços de parentesco, consanguíneo ou por afinidade, que não sejam os definidos na família nuclear.

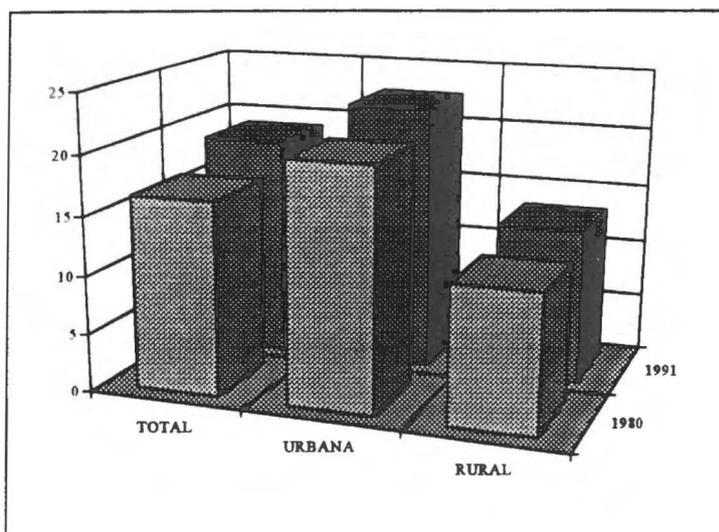
Composta - Família constituída por dois ou mais conjuntos de pessoas ligadas por laços de parentesco, consanguíneo ou por afinidade não aparentadas entre si ou pelo menos uma pessoa não ligada por laços de parentesco, consanguíneo ou por afinidade demais.

TABELA 17
PROPORÇÃO DE MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIOS,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	PROPORÇÃO DE MULHERES	
	1980	1991
TOTAL.....	16,52	18,84
URBANA.....	20,40	22,43
RURAL.....	11,71	13,12

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

GRÁFICO 4
PROPORÇÃO DE MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIOS



Em 1980, existia cerca de 5,0 vezes mais homens na chefia dos domicílios. Em 1991, esse indicador passou para 4,3 vezes, confirmando o aumento de mulheres chefes no período e significando que os chefes homens declinaram em -14,00%.

A chefia dos domicílios concentrava-se, em 1980, na faixa etária de 30 a 34 anos, permanecendo na mesma faixa em 1991.

As maiores proporções de chefia permanecem no grupo de idades adultas, tanto na área urbana como na rural. Os chefes jovens (10 a 19 anos) e os idosos (60 anos e mais) formam grupos menores, no entanto, no último período intercensitário, apontaram decréscimos, com proporções de -8,33% e de -2,64%, respectivamente. Em contrapartida, os chefes adultos, que formam o maior contingente, registraram um acréscimo de 0,80%. Esse estado é atípico devido ao crescimento da proporção de chefes adultos e decréscimo de chefes idosos (Tabela 18).

TABELA 18
PROPORÇÃO DE CHEFES DE DOMICÍLIOS,
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE
1980-1991

GRUPOS DE IDADE	PROPORÇÃO DE CHEFES	
	1980	1991
TOTAL.....	100,00	100,00
10 A 19 ANOS.....	1,20	1,10
20 A 59 ANOS.....	78,75	79,38
60 ANOS E MAIS.....	20,05	19,52

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

10.2 - Rendimento Médio

O rendimento do chefe do domicílio corresponde a uma parcela significativa do rendimento domiciliar. Entretanto, nas últimas décadas vem perdendo sua importância relativa em função do ingresso de outras pessoas na composição do rendimento do domicílio.

O rendimento médio dos chefes de domicílios, no Estado de Alagoas, apresentou um declínio de -11,97%, cabendo ao País o declínio de -24,38% e a Região Nordeste -22,76%. As mulheres-chefes revelaram ganho (12,52%), enquanto os homens tiveram uma queda superior àquela observada para o total do estado (-13,06%). Ao desagregarmos a renda média, segundo a situação do domicílio, verifica-se que os níveis da área urbana são superiores aos da área rural.

Analisando o rendimento médio relacionado ao salário mínimo vê-se que em 1980 a diferença entre a área urbana e a rural era de 1,69 SM. Essa relação, ao longo da década, diminuiu para 1,46 SM (Tabela 19).

O rendimento médio do estado foi 1,87 SM, sendo 3,42 SM o rendimento médio do País e 1,89 SM o da Região Nordeste, em 1991.

TABELA 19
RENDIMENTO MÉDIO DO CHEFE DE DOMICÍLIO, SEGUNDO
A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E O SEXO
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO	RENDIMENTO MÉDIO (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	
	1980 ⁵	1991
TOTAL.....	2,12	1,87
HOMENS.....	2,31	2,01
MULHERES.....	1,11	1,25
URBANA.....	2,97	2,43
HOMENS.....	3,37	2,70
MULHERES.....	1,39	1,49
RURAL.....	1,28	0,97
HOMENS.....	1,36	1,03
MULHERES.....	0,65	0,62

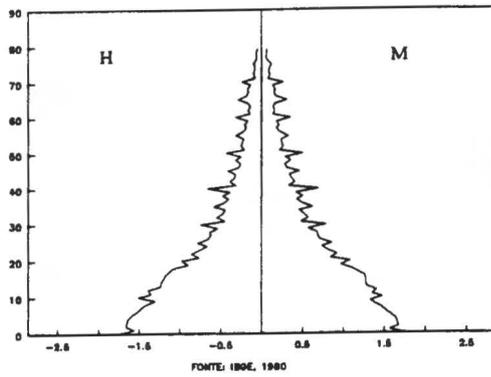
Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

⁵ Cálculo do rendimento médio em valores de 1991.

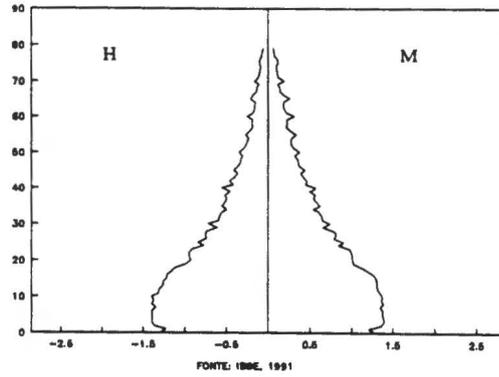
ANEXO

COMPOSIÇÃO ETÁRIA POR IDADES INDIVIDUAIS
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
ALAGOAS

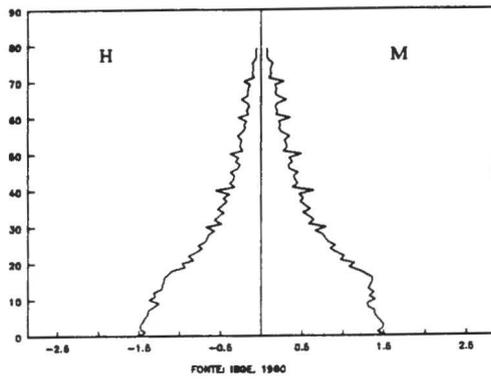
TOTAL - 1980



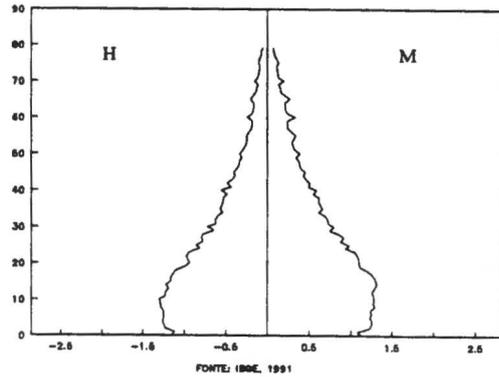
TOTAL - 1991



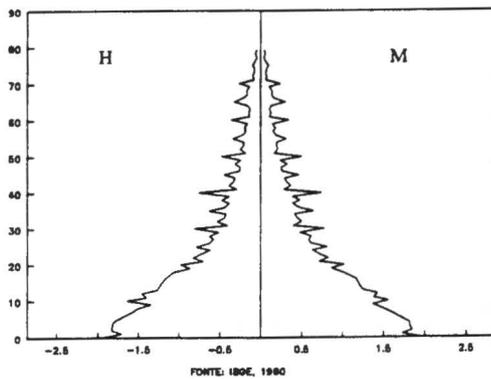
URBANA - 1980



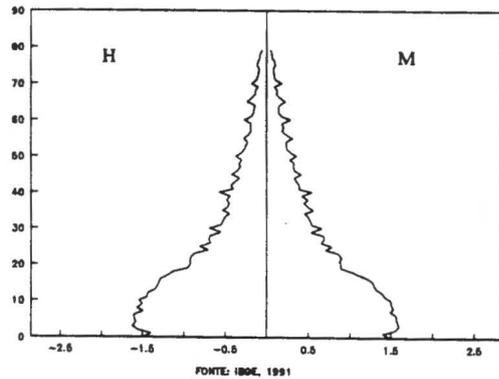
URBANA - 1991



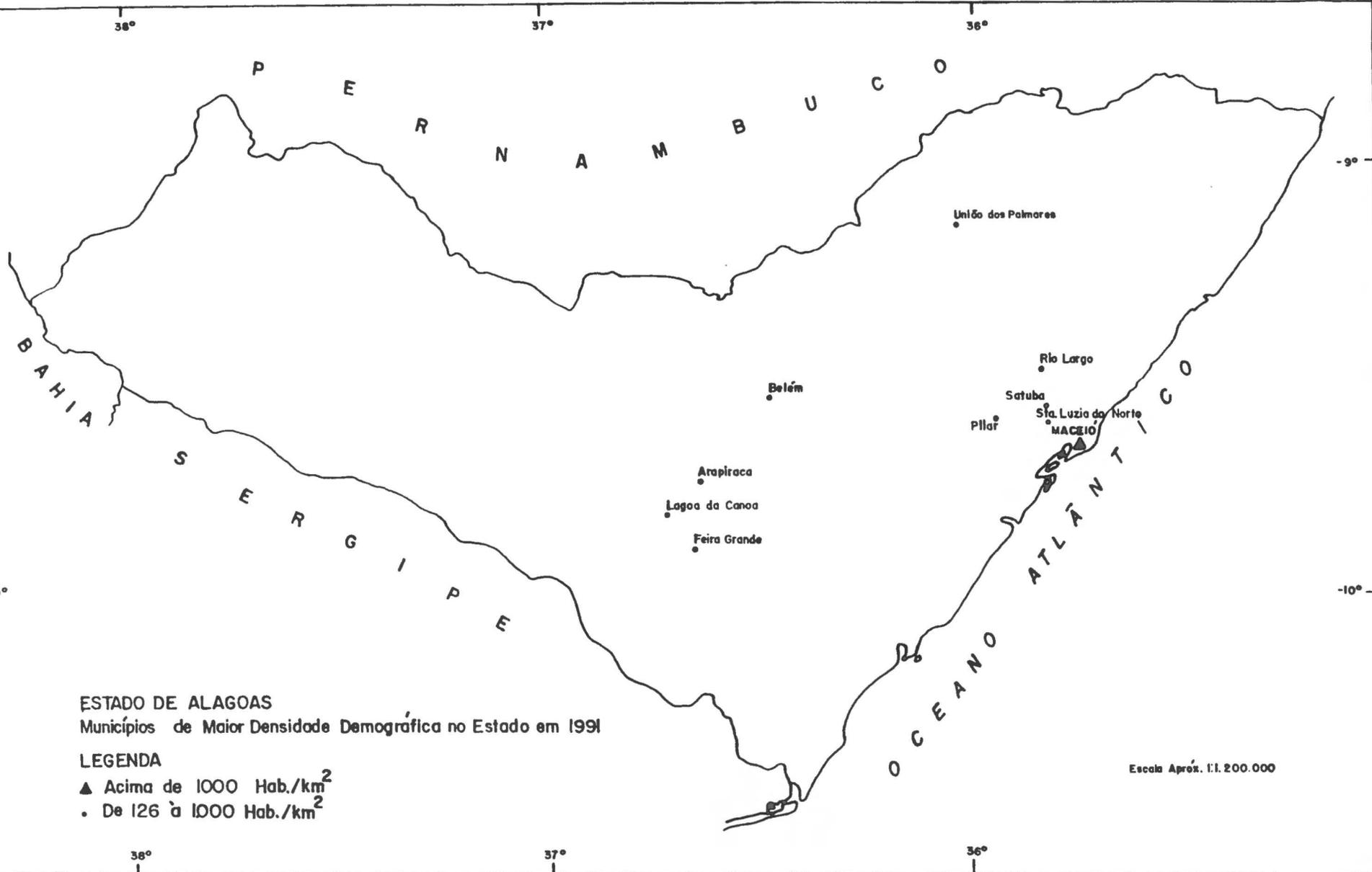
RURAL - 1980



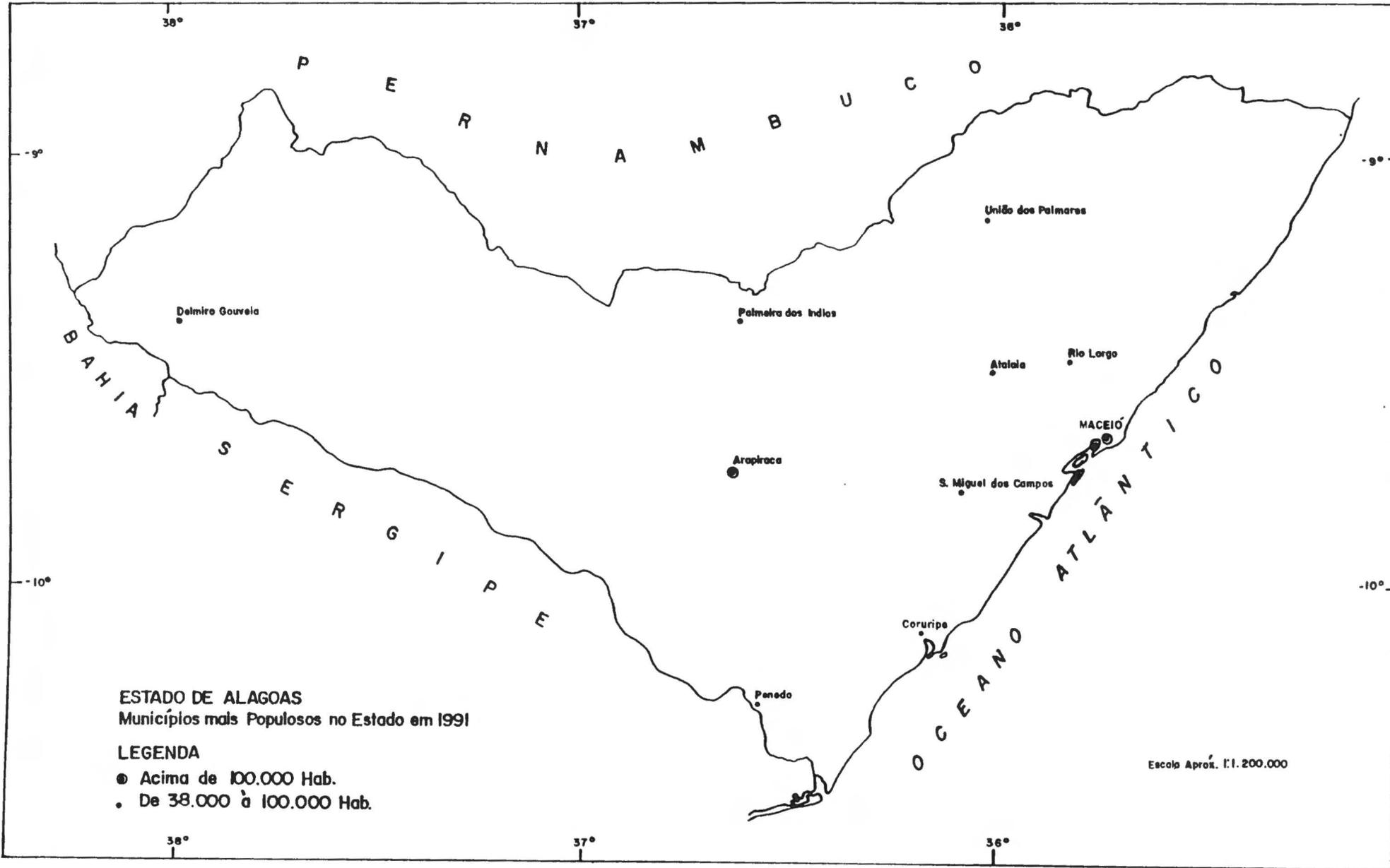
RURAL - 1991



Mapa I



Mapa 2



SE O ASSUNTO É BRASIL, PROCURE O IBGE

O IBGE põe à disposição da sociedade milhares de informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, que permitem conhecer a realidade física, humana, social e econômica do País.

VOCÊ PODE OBTER ESSAS PESQUISAS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS EM TODO O PAÍS

No Rio de Janeiro:

**Centro de Documentação e Disseminação de
Informações - CDDI**

Divisão de Atendimento Integrado - DAT

Biblioteca Isaac Kerstenetzky

Livraria Wilson Távora

Rua General Canabarro, 666

20271-201 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (021)284-0402 - Fax: (021)234-6189

Livraria do IBGE

Avenida Franklin Roosevelt, 146 - loja

20021-120 - Castelo - Tel.: (021)220-9147

Nos Estados procure o

**Setor de Documentação e Disseminação de
Informações - SDDI, da Divisão de Pesquisa**

Norte

**RO - Porto Velho - Rua Tenreiro Aranha, 2643 - Centro
78900-750 - Tel.: (069)221-3658**

**AC - Rio Branco - Rua Benjamin Constant, 506 - Centro
69900-160 - Tel.: (068)224-1540 - Ramal 6 - Fax: (068)224-1382**

**AM - Manaus - Avenida Ayrão, 667 - Centro - 69025-050
Tel.: (092)633-2433 - Fax: (092)232-1369**

**RR - Boa Vista - Avenida Getúlio Vargas, 76-E - Centro
69301-031 - Tel.: (095)224-4103 - Fax: (095)224-4425**

**PA - Belém - Avenida Gentil Bittencourt, 418 - Batista
Campos - 66035-340 - Tel.: (091)241-1440 - Ramal 33
Fax: (091)223-8553**

**AP - Macapá - Av. Cônego Domingos Maltez, 251 - Bairro
Trem - 68900-270 - Tels.: (096)222-3128/3574
Fax: (096)223-2696**

**TO - Palmas - ACSE 01 - Conjunto 03 - Lote 6/8 - Centro
77100-040 - Tels.: (063)215-1907/215-2871
Fax: (063)862-1829**

Nordeste

**MA - São Luís - Avenida Silva Maia, 131 - Praça Deodoro
65020-570 - Tel.: (098)232-3226**

**PI - Teresina - Rua Simplício Mendes, 436-N - 1º andar
Centro - 64000-110 - Tel.: (086)221-6308 - Fax: (086)221-5650**

**CE - Fortaleza - Avenida 13 de Maio, 2901 - Benfica - 60040-531
Tel.: (085)243-6941 - Fax: (085)281-4517**

**RN - Natal - Avenida Prudente de Moraes, 161 - Petrópolis
59020-400 - Tels.: (084)221-3025/211-5310
Fax: (084)211-2002**

**PB - João Pessoa - Rua Irineu Pinto, 94 - Centro
58010-100 - Tels.: (083)241-1640/241-1560 - Ramal 21
Fax: (083)221-4027**

**PE - Recife - Rua do Hospício, 387 - 4º andar - Boa Vista
50050-050 - Tel.: (081)231-0811 - Ramal 215
Fax: (081) 231-1033**

**AL - Maceió - Beco São José, 125 - Centro
57020-200 - Tel.: (082)221-2385
Fax: (082)326-1754**

**SE - Aracaju - Rua Riachuelo, 1017 - São José - 49015-160
Tel.: (079)222-8197 - Ramal 16
Fax: (079)222-4755**

**BA - Salvador - Av. Estados Unidos, 476 - 4º andar - Comércio
40013-900 - Tels.: (071)243-9277 - Ramais 2008 e 2025
Fax: (071)241-2316**

Sudeste

**MG - Belo Horizonte - Rua Oliveira, 523 - 1º andar - Cruzeiro
30310-150 - Tels.: (031)223-3381/0554 - Ramal 1112
Fax: (031)223-1078 e 221-9286**

**ES - Vitória - Rua Duque de Caxias, 267 - Sobreloja - Centro
29010-120 - Tel.: (027)223-2946 - Fax: (027)223-5473**

**SP - São Paulo - Rua Urussuf, 93 - 3º andar - Itaim Bibi
04542-050 - Tel.: (011)822-5252
Fax: (011)822-5264**

Sul

**PR - Curitiba - Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 625 - Centro
80430-180 - Tels.: (041)222-5764/322-5500 - Ramais 61 e 71
Fax: (041)225-5934**

**SC - Florianópolis - Rua Victor Meirelles, 170 - Centro
88010-440 - Tels.: (048)222-0733/222-0380 - Ramais 134 e 156
Fax: (0482)22-0338**

**RS - Porto Alegre - Avenida Augusto de Carvalho, 1205 - Térreo
Cidade Baixa - 90010-390 - Tel.: (051)228-6444
Fax: (051)228-6489**

Centro-Oeste

**MS - Campo Grande - Rua Barão do Rio Branco, 1431
Centro - 79002-174 - Tel.: (067)721-1163
Fax: (067)721-1520**

**MT - Cuiabá - Avenida XV de Novembro, 235 - 1º andar
78020-810 - Tel.: (065)322-2121 - Ramais 113 e 121
Fax: (065)321-3316**

**GO - Goiânia - Avenida Tocantins, 675 - Setor Central
74015-010 - Tel.: (062)223-3121
Fax: (062) 223-3106**

**DF - Brasília - SDS Bl.H - Ed. Venâncio II - 1º andar
70393-900 - Tel.: (061)223-1359 - Fax: (061) 321-2436**

**O IBGE possui, ainda, agências localizadas nos
principais municípios.**

Censo Demográfico 1991
situação demográfica, social e econômica:
primeiras considerações

Com o lançamento desta publicação o IBGE divulga um conjunto de dados e indicadores demográficos e socioeconômicos que sintetizam as informações obtidas no Censo Demográfico de 1991.

Apresenta uma análise retrospectiva dos resultados dos quatro últimos censos, abordando os seguintes tópicos: *evolução da população, urbanização, estrutura por sexo e idade e envelhecimento da população*. Para a última década foram enfocados também a participação do estado no contexto do País, crescimento demográfico, alfabetização, estrutura e composição domiciliar e rendimento médio do chefe do domicílio.

A publicação inclui ainda tabelas, gráficos e mapas, que revelam as alterações ocorridas e a tendência observada nos períodos considerados.